

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 9505 /2026

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Conforme preconiza a Lei 14.133/21, em seu artigo 18, a etapa preparatória do processo licitatório caracteriza-se pelo planejamento, compatibilizando-se com o plano anual de contratações, com as leis orçamentárias, sendo o espaço, momento e local adequado para abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Este Estudo Técnico Preliminar – ETP servirá de embasamento para o Termo de Referência e instrução do processo Licitatório.

2. OBJETO

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a contratação, por meio de Registro de Preços, de serviços topográficos e geodésicos, para atendimento das demandas do Município de Campo Largo/PR, conforme condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

3. NECESSIDADE

3.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. §1º, I, NLCC):

A contratação de serviços topográficos ou geodésicos pelo município é justificada pela necessidade de atender a demandas específicas que envolvem a realização de levantamentos e estudos técnicos essenciais para o planejamento e execução de projetos de infraestrutura, urbanismo, planejamento territorial e outras ações que exigem dados precisos sobre o relevo, limites de propriedades, áreas de interesse e outros aspectos geoespaciais, tratando-se de atividades de natureza acessória, transitória e vinculadas à atividade-meio.

A solução adequada para superar essa limitação é a contratação de uma empresa especializada, que possua os profissionais qualificados e os equipamentos necessários para a realização dos serviços. Essa contratação permitirá ao município obter os resultados desejados com a qualidade e precisão exigidas, sem a necessidade de investimentos adicionais em capacitação ou compra de equipamentos que poderiam se tornar obsoletos ou subutilizados a longo prazo.



Além disso, a contratação especializada garante maior agilidade na execução dos serviços, possibilitando que o município cumpra seus prazos e atenda aos requisitos legais e técnicos impostos pelas normativas de planejamento urbano e infraestrutura. Isso contribui para a eficiência da gestão pública, pois a terceirização de atividades específicas permite que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente.

Desta forma encontra-se respaldo para o processo licitatório para suprir as necessidades da municipalidade.

3.2. SECRETARIA REQUISITANTE

A unidade requisitante do presente Estudo Técnico Preliminar é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

O Município tem publicado o seu Plano de Contratações Anual para o ano de 2026, e esta demanda estava identificada.

Registra-se ainda, que o Município de Campo Largo/PR não possui nenhuma licitação de mesmo objeto ou de característica semelhante ao que se pretende se oportunizar, mediante a análise das opções e requisitos deste Estudo.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para a contratação destes serviços, será considerada a modalidade licitatória Pregão com Registro de Preços, na forma estabelecida pela Lei Federal nº. 14.133/2021, por meio de cadastramento de proposta e disputa em formato eletrônico através da plataforma.

Prevê a Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Ainda, prevê:

Art. 28. São modalidades de licitação: I - pregão;

Observa-se que a aquisição do objeto é a melhor dentre as possíveis, buscando contratar empresa especializada na prestação dos serviços, conforme detalhamento a ser tratado pelo Termo de Referência.



Para o atender a necessidade da Administração Municipal a empresa a ser contratada deverá observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações que constam neste documento, no edital e no termo de referência.

Bem como poderão participar da licitação as empresas que estejam legalmente constituídas para os fins do objeto pleiteado e que cumpram todas as exigências do edital e seus anexos.

Os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, a empresa deverá apresentar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

A empresa deverá apresentar acervo técnico compatível com o objeto da licitação devendo garantir em contrato a disponibilização de profissionais em número suficiente para garantir o cumprimento do cronograma.

É vedada à empresa vencedora transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência/autorização da Administração.

5. SOLUÇÃO

5.1. Levantamento de Mercado (art. 18, §1º, V, NLLC):

- **Prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções para a necessidade:**

Execução direta por equipe técnica interna: Esta alternativa apresenta diversas limitações que comprometem sua viabilidade prática. Atualmente, o Município não dispõe em seu quadro próprio servidor que desempenhe as atividades previstas na contratação pretendida.

para absorver a demanda de novos projetos, tampouco possui estrutura e equipamentos adequados para atender às exigências técnicas associadas ao desenvolvimento de projetos de pavimentação e recape asfáltico. Além disso, tal cenário compromete a celeridade dos serviços e pode acarretar prejuízos à população, como a postergação de obras essenciais, uma vez que os profissionais já se encontram alocados em múltiplas frentes de trabalho.

Contratação de empresa especializada por meio de licitação: A contratação de empresa especializada por meio de procedimento licitatório, oferece acesso a profissionais qualificados e experientes em diversas áreas da construção civil. A licitação garante a transparência e a competitividade.

- Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração:
Não foram identificadas contratações similares que pudessem contribuir com novas metodologias e técnicas construtivas.
- Consultas, audiências públicas ou diálogos transparentes com potenciais contratadas, para coleta de contribuições:
Por se tratar de uma obra comum de engenharia, não foi identificada a necessidade de realização de audiência pública e nem diálogo com potenciais contratadas.



- Visualizou-se que, após o levantamento do mercado, a quantidade de fornecedores foi considerada restrita, flexibilizando requisitos dispensáveis que limitariam a participação?
Por se tratar de um serviço comum de engenharia, há uma grande quantidade de fornecedores no mercado.

6. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII, NLLC):

A solução da contratação de serviços topográficos ou geodésicos pelo município deve considerar a natureza específica dos serviços, bem como a ausência de necessidade de exigência de garantia relacionada à manutenção e assistência técnica. Para compreender essa abordagem, é importante entender o contexto e as características desses serviços, e como a exclusão da exigência de garantia pode ser uma solução viável e racional para o município.

A presente contratação se revela necessária, tendo o presente estudo técnico preliminar evidenciado que a solução mais viável no mercado e a terceirização qual das opções disponíveis no mercado apresenta melhor viabilidade técnica e econômica para satisfação do interesse público, sendo indicada para o presente caso, a contratação de empresa terceirizada para a realização do serviço.

Os serviços topográficos ou geodésicos são atividades técnicas que envolvem a medição, análise e representação da superfície terrestre e suas características, utilizando equipamentos especializados, como estações totais, GPS de alta precisão, entre outros. Esses serviços são utilizados em levantamentos para a realização de obras públicas, planejamento urbano, e definição de limites territoriais, por exemplo. A execução desses serviços é geralmente de curta duração e exige um conhecimento técnico especializado.

Dessa forma, uma vez que o levantamento e os estudos sejam concluídos e entregues conforme as especificações contratadas, o serviço se dá por finalizado, não sendo necessário acompanhamento contínuo nem manutenção permanente dos equipamentos utilizados para esses trabalhos.

A desnecessidade de exigir garantia de manutenção e assistência técnica pode ser justificada por alguns fatores, considerando a natureza dos serviços:

a) Conclusão dos serviços em prazo determinado: Os serviços topográficos ou geodésicos, em sua maioria, são pontuais e finalizados dentro de um curto período. Após a entrega do produto final (relatório, plantas, levantamentos e dados técnicos), a necessidade de acompanhamento ou manutenção dos serviços torna-se irrelevante. A garantia de assistência técnica, nesse caso, não agregaria valor, pois o serviço já foi completado e não depende de manutenção contínua ou de ajustes posteriores.

b) Natureza da contratação e especificidade do serviço: A contratação é voltada para a execução de um serviço técnico específico, cujos resultados são tangíveis e definidos (exemplo: planta topográfica ou levantamento geodésico). A exigência de uma garantia pós serviço seria desproporcional, considerando que a empresa contratada realiza um serviço concluído dentro



de um escopo claro e com prazos bem definidos, sem a necessidade de ajustes ou reexecuções após a entrega.

c) Redução de custos e eficiência para a administração pública: A desnecessidade de exigir garantia relacionada à manutenção e assistência técnica ajuda a reduzir o custo total da contratação, o que é benéfico para a administração pública, permitindo que os recursos sejam direcionados de forma mais eficiente para outras necessidades, como a execução de novos serviços ou investimentos em infraestrutura.

Portanto, a solução da contratação dos serviços topográficos ou geodésicos sem a exigência de garantia de manutenção e assistência técnica é perfeitamente adequada e justificável, considerando que a natureza desses serviços não demanda acompanhamento ou ajustes após a execução. Esta abordagem atende ao interesse público, ao permitir que o município contrate com maior eficiência e menor custo, garantindo a entrega do serviço necessário para o cumprimento das demandas do município. A eliminação dessa exigência, portanto, se apresenta como uma solução prática, econômica e alinhada à natureza do serviço contratado.

Dessa forma, concluímos que a solução indicada é a mais adequada e requeremos a continuidade do processo para efetivar a contratação, visando o atendimento da necessidade a que se destina.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas (art. 18, §1º, IV, NLLC):

Após realizar análise junto à Secretaria demandante bem como com base nas compras realizadas no decorrer no ano passado e deste ano, segue os quantitativos e as descrições de cada item:

TABELA 1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA				
Item Código	Descrição do serviço	Unidade	Quantidade (m²)	Valor Total
1 118437	Aerofotogrametria em áreas urbanas com drone (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas.	m²	450.000	R\$ 256.500,00
2 118438	Aerofotogrametria em áreas rurais com drone (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas.	m²	800.000	R\$ 456.000,00



3 118439	Aerofotogrametria em áreas urbanas com drone LIDAR (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas. Obs.: LIDAR é destinado às áreas em que precise de maior detalhamento nas curvas de nível em vegetação densa.	m²	350.000	R\$ 339.500,00
4 118440	Aerofotogrametria em áreas rurais com drone LIDAR (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas. Obs.: LIDAR é destinado às áreas em que precise de maior detalhamento nas curvas de nível em vegetação densa.	m²	600.000	R\$ 582.000,00
5 118441	Levantamento topográfico planialtimétrico de áreas urbanas com fornecimento de mapas, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG	m²	270.000	R\$ 224.100,00
6 118442	Levantamento topográfico planialtimétrico de áreas rurais com fornecimento de mapas, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG	m²	400.000	R\$ 332.000,00
7 118443	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lotes urbanos, para retificação de imóveis, desmembramento (escalas de acordo com o especificado pela AMEP) ou unificação (remembramento) com fornecimento de mapas, memoriais descritivos, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG	m²	80.000	R\$ 138.400,00
8 118444	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de terrenos rurais, para retificação de imóveis, desmembramento ou unificação (remembramento) com fornecimento de mapas, memoriais descritivos, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG Obs.: Responsável técnico deverá ser credenciado no INCRA Área desmembrada indicando a situação atual e a situação projetada. Área remembrada indicando a situação atual e a projetada. O projeto de desmembramento deverá ser aprovado pela AMEP seguindo o padrão estipulado.	m²	100.000	R\$ 167.000,00
9 118445	Projetos de terraplanagem em áreas urbanas de acordo com a Instrução Normativa nº 4/2025 do IAT e atualizações.	m²	20.000	R\$ 28.000,00



10 118446	Projetos de terraplanagem em áreas rurais de acordo com a Instrução Normativa nº 4/2025 do IAT e atualizações.	m²	20.000	R\$ 28.000,00
11 118447	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lotes urbanos, para alinhamento predial (com faixa de domínio da via) com fornecimento de mapas, art, entrega de arquivo em PDF assinado e em formato .DWG	m²	260.000	R\$ 460.200,00
12 118449	Demarcação (Locação) de obras de construção civil em áreas urbanas com fornecimento de estacas de 5x5x50	Un.	50	R\$ 1.175,00
13 118450	Demarcação (Locação) de obras de construção civil em áreas rurais com fornecimento de estacas de 5x5x50	Un.	50	R\$ 1.175,00

Os quantitativos estimados para aquisição são resultado de levantamento realizado pela Diretoria de Planejamento e Projetos Urbanos, considerando a previsão de uso e demandas futuras, bem como, a orçamentação que ficou de responsabilidade desta.

8. Estimativa do Valor da Contratação (art. 18, §1º, VI, NLLC):

A estimativa de quantidades para a contratação foi realizada com base em contratações e serviços já realizados pelo Município.

Ao que se refere aos valores para a presente contratação foi realizado pesquisa de mercados aos moldes da Lei 14.133/2021, conforme descrito no item 6, sendo aplicada média aritmética simples.

Assim, considerando o valor da média aplicada e considerando a quantidade a ser licitada, tem-se a estimativa de 3.014.050 (três milhões, catorze mil e cinquenta reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (art. 18, §1º, VIII, NLLC):

10. A solução será parcelada se as quatro afirmativas abaixo forem verdadeiras	
É tecnicamente viável dividir a solução	() Verdadeiro (x) Falso
É economicamente viável dividir a solução	() Verdadeiro (x) Falso
Não há perda de escala ao dividir a solução	() Verdadeiro (x) Falso
Amplia a competição ao dividir a solução	() Verdadeiro (x) Falso



Não haverá parcelamento da solução.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (art. 18, §1º, XI, NLLC):

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (art. 18 §1º, II, NLLC):

- Identificação no Plano de Contratações Anual, ou, se for o caso, justificativa para ausência da sua previsão:

O Município tem publicado o seu Plano de Contratações Anual para o ano de 2025, e esta demanda não estava identificada, considerando que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano possuía em seu quadro de servidores estatutários, 01 (um) Topógrafo. Contudo, o aumento da demanda por serviços de topografia devido à liberação de diversos recursos advindos do Governo Federal, exigem maior celeridade, uma vez que são atrelados a prazos específicos, razão que justifica o processo licitatório.

13. Identificação na Lei Orçamentária, ou, se for o caso, justificativa para ausência

Esta demanda não estava identificada na Lei Orçamentária, considerando que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano possuía 1 (um) topógrafo em seu quadro de servidores estatutários. Contudo, o aumento da demanda por serviços de topografia devido à liberação de diversos recursos advindos do Governo Federal, exigem maior celeridade, uma vez que são atrelados a prazos específicos, razão que justifica o processo licitatório.

14. PLANEJAMENTO

14.1. Demonstrativos dos resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX, NLLC):

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Buscando, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação dos serviços topográficos ou geodésicos, em atendimento à demanda do município, tem como resultado pretendido a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando à otimização da execução das obras e



projetos urbanos. Essa solução também deve considerar a modalidade de pregão, com registro de preços, um modelo eficiente de contratação pública.

No que se refere a economicidade na contratação de serviços topográficos ou geodésicos pode ser alcançada por meio de uma gestão eficiente dos recursos públicos, assegurando que os serviços sejam prestados com a melhor relação custo-benefício. Essa economia se dá pela combinação de alguns fatores:

- **Competitividade do Pregão:** A modalidade de pregão é uma das mais adequadas para a contratação de serviços como os topográficos ou geodésicos, pois visa garantir a melhor proposta com preço justo. O pregão, sendo um processo aberto e competitivo, permite que o município receba várias propostas de empresas especializadas, o que aumenta a probabilidade de obter o menor preço possível, sem comprometer a qualidade do serviço.
- **Registro de Preços:** O registro de preços permite que o município tenha acesso a preços previamente estabelecidos para os serviços, que poderão ser utilizados ao longo de um ano, conforme a demanda. Esse mecanismo traz economia ao permitir que os preços já estejam previamente acordados, evitando variações que poderiam ocorrer em contratações emergenciais ou feitas sem essa estrutura. Além disso, a possibilidade de realizar compras e contratações ao longo de um período de tempo com preços já registrados facilita o planejamento orçamentário e a redução de custos.
- **Evita Custos com Equipamentos e Pessoal:** A contratação de empresas especializadas elimina a necessidade de o município investir em equipamentos geodésicos de alto custo e na contratação de profissionais especializados. A empresa contratada já dispõe de equipamentos modernos e pessoal capacitado, o que representa uma economia significativa em relação ao custo de manutenção de infraestrutura interna e treinamento de pessoal.

No que se refere ao melhor aproveitamento dos recursos humanos ocorre porque a contratação externa permite que o município concentre seus esforços e mão-de-obra em outras áreas prioritárias, enquanto a execução de um serviço altamente técnico e especializado fica a cargo de empresas capacitadas. A solução apresenta os seguintes benefícios:

- **Desoneração da equipe interna:** Ao contratar serviços especializados, o município evita a sobrecarga de sua equipe técnica e administrativa. Isso possibilita que os servidores públicos se concentrem em atividades essenciais para o bom funcionamento da gestão municipal, como planejamento, fiscalização e gestão de outros projetos públicos.
- **Aproveitamento de conhecimento técnico especializado:** A empresa contratada traz seu conhecimento técnico e experiência na realização de serviços topográficos ou geodésicos, sem que seja necessário que o município forme e mantenha pessoal qualificado para essa função específica, que é de natureza esporádica e pontual.

A contratação externa também resulta em melhor aproveitamento dos recursos materiais, uma vez que o município não precisa arcar com a compra e manutenção dos equipamentos necessários para a execução de serviços topográficos ou geodésicos, que são de alto custo e demandam constante atualização e manutenção. Por fim, a contratação dos serviços por meio



do pregão com registro de preços facilita a gestão financeira do município, permitindo um planejamento orçamentário mais preciso e eficiente:

- I. Previsibilidade de custos: O registro de preços oferece previsibilidade quanto aos valores dos serviços, permitindo que o município se planeje financeiramente para a execução dos serviços ao longo do período registrado, sem surpresas quanto a ajustes de preços ou necessidade de novas licitações.
- II. Descentralização da contratação: Com o registro de preços, a demanda por serviços topográficos ou geodésicos pode ser atendida ao longo de todo o ano, sem a necessidade de novas licitações para cada demanda pontual. Isso proporciona maior agilidade e eficiência na execução dos serviços à medida que surgem necessidades ao longo do tempo.
- III. Ajuste conforme a demanda: O registro de preços, além de oferecer preços mais competitivos, possibilita o ajuste da quantidade contratada conforme a demanda real do município, evitando o comprometimento de recursos públicos para serviços não necessários.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Em resumo, a contratação dos serviços topográficos ou geodésicos por meio de pregão com registro de preços oferece uma solução vantajosa para o município, pois promove a economicidade através da competitividade do processo licitatório e do controle de preços ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, essa solução possibilita o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, otimizando a execução de serviços essenciais, sem a necessidade de o município investir em infraestrutura ou treinamento de pessoal especializado.

A modalidade de pregão, com registro de preços, se configura como uma ferramenta eficaz para atender às demandas do município de forma ágil, eficiente e com menor custo, atendendo plenamente aos princípios da administração pública.

15. Providências a serem adotadas (art. 18, §1º, X, NLLC):

A administração deve tomar as seguintes providências a serem obtidas antes da assinatura do contrato:

- Definir equipe responsável pela fiscalização técnica e administrativa e gestão contratual;
- Averiguar durante o processo de contratação se a empresa a ser contratada estará apta a fornecer o objeto e em pleno atendimento de suas obrigações.
- Do ponto de vista de adequações, quer sejam de logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou quaisquer outras que envolvam a natureza da contratação, verifica-se, neste estudo, que não serão necessárias.

16. Possíveis Impactos Ambientais (art. 18 §1º, XII, NLLC):

A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, fazendo o manuseio correto dos produtos e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços,



conforme os respectivos marcos legais vigentes. Todo o material resultante da prestação de serviços deverá ter seu descarte feito de forma adequada, conforme o fabricante e/ou legislação aplicada. A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

17. Viabilidade

17.1. Declaração de Viabilidade (art. 18, §1º, XIII, NLLC):

Declaração expressa se a contratação é viável e razoável (ou não), justificando com base nos elementos colhidos durante os Estudos Preliminares:

☒ Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa: Foi considerado o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME e o Estudo Técnico Preliminar para tomada de decisão.

OU

☐ Esta equipe de planejamento declara viável com restrições esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa:

OU

☐ Esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa:

18. Responsáveis e assinaturas:

- Secretário (a) solicitante:

João Marcos Cavalin Cuba
Secretário de Desenvolvimento Urbano
Prefeitura Municipal de Campo Largo

- Responsáveis pelo preenchimento deste ETP:



Sérgio Luiz Schmidt
Matrícula 821225
Engenheiro Civil

Campo Largo, 31 de março de 2026

